

INFORMAÇÃO PRÉ-CONTRATUAL SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS

+ Proteção Familiar

(nos termos do Dec.-Lei n.º 72/2008 de 16 de Abril)

SEGURADOR

MAPFRE Seguros Gerais S. A.
Sede Social: Rua Doutor António Loureiro Borges,
9, Edifício Zenith – Miraflores, 1495-131 Algés
N.I.P.C.502 245 816 Capital social € 33.108.650

A MAPFRE Seguros Gerais S.A. é uma empresa de seguros, registada junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões sob o número 1145, podendo a informação de registo ser verificada em www.asf.com.pt.

Sem prejuízo da prestação das informações pré-contratuais e contratuais legalmente obrigatórias e dos esclarecimentos solicitados para fundamentar uma decisão informada por parte do cliente, o segurador não presta aconselhamento para os efeitos previstos no Regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros (RJDS) aprovado pela Lei 7/2019 de 16 de janeiro.

Informa-se que, quando a distribuição deste produto de seguros seja efetuada diretamente pelo segurador, os seus empregados comerciais recebem, pela referida distribuição, uma remuneração variável, sendo esta informação prestada em cumprimento do previsto no RJDS.

1. OBJETO DO CONTRATO

O contrato tem por objeto a **garantia da integridade física das pessoas seguras, em caso de acidente pessoal ocorrido durante o período seguro, através do pagamento de capitais e do reembolso de despesas, consoante a cobertura acionada.**

O contrato inclui ainda uma **cobertura de Assistência a Pessoas Familiar e, na modalidade Completo, uma cobertura de Responsabilidade Civil Vida Privada.**

Este seguro é celebrado em modalidade de **adesão conjunta**, considerando várias pessoas seguras, mas **garantindo um único capital seguro por cobertura para o conjunto das pessoas seguras.**

Consideram-se **Pessoas Seguras**, as identificadas nas Condições Particulares, pertencentes ao mesmo agregado familiar, na qualidade de:

- Tomador do seguro;
- Cónjuge do tomador do seguro ou pessoa abrangida pelo regime da união de facto;
- Filhos, adotados ou legalmente equiparados, das pessoas indicadas nos pontos anteriores **desde que façam parte do seu agregado familiar.**

Quando uma pessoa segura seja menor de idade, considera-se que, para efeitos dos direitos e deveres decorrentes do contrato, será representada por um dos seus progenitores ou tutor legal.

Considera-se **Tomador do Seguro** a pessoa ou entidade que contrata com a MAPFRE, sendo responsável pelo pagamento do prémio.

2. ÂMBITO DO CONTRATO

A garantia do contrato apenas abrange os acidentes consequentes de risco extraprofissional.

Considera-se **risco extraprofissional** toda a atividade das pessoas seguras não relacionada com a atividade profissional, por conta própria ou por conta de outrem. Inclui as atividades lúdicas, sociais e desportivas amadoras, **desde que não mencionadas no artigo 4.º (Exclusões) das Condições Gerais da apólice ou nas exclusões constantes nas Condições Especiais de cada cobertura.**

Âmbito territorial: Salvo convenção em contrário, expressa nas Condições Particulares, e sem prejuízo das exclusões constantes no artigo 4.º das Condições Gerais, as **coberturas de Acidentes Pessoais** garantem acidentes ocorridos em qualquer parte do mundo. A **cobertura de Responsabilidade Civil Vida Privada** apenas produz efeitos em relação a eventos ocorridos em Portugal e nos restantes países da União Europeia.

Modalidades: O seguro pode ser contratado nas modalidades **ESSENCIAL** e **COMPLETO** (ver Tabela de coberturas e capitais por Modalidade, na pág. 18).

Coberturas:

Morte ou Invalidez Permanente (CE07): Garante, **até ao limite estabelecido nas Condições Particulares, por apólice e para o conjunto das pessoas seguras**, o pagamento de um capital em caso de acidente pessoal, ocorrido durante o período de vigência da apólice, do qual resulte:

- a) Morte da pessoa segura, **ocorrida imediatamente ou no decurso de 2 anos a contar da data do acidente, ou**
- b) Invalidez Permanente da pessoa segura, **cl clinicamente constatada no decurso de 2 anos a contar da data do acidente e em consequência deste.**

Em caso de morte de pessoa segura com menos de 14 anos de idade ou que se mostre incapaz de governar a sua pessoa por

anomalia psíquica ou outra causa, a MAPFRE garante, em substituição do capital por morte, o reembolso das despesas de funeral, até ao limite de 10% do capital desta cobertura.

Morte ou Invalidez Permanente por Acidente de Circulação (CE09): Garante, em caso de morte ou invalidez permanente de pessoa segura, garantida ao abrigo da cobertura de Morte ou Invalidez Permanente (CE07), quando causada por acidente de circulação ocorrido durante o período de vigência da apólice, o pagamento do **capital estabelecido nas Condições Particulares, por anuidade e para o conjunto das pessoas seguras**, adicional ao capital garantido pela cobertura de Morte ou Invalidez Permanente.

Acidente de Circulação: O acidente pessoal provocado ou ocorrido com veículo de transporte público ou privado, em circulação, independentemente da pessoa segura, vítima do acidente, ser peão, condutor ou passageiro do referido veículo.

Não se considera acidente de circulação o acidente ocorrido quando a pessoa segura:

- a) **Conduza um veículo, sem estar legalmente habilitada;**
- b) **Seja transportada como passageiro em veículo conduzido por condutor não habilitado, quando essa circunstância seja do seu conhecimento e voluntariamente se faça transportar;**
- c) **Seja transportada como passageiro em veículo cujo condutor sob a influência de produtos tóxicos, estupefacientes ou outras drogas fora de prescrição médica ou com um grau de alcoolémia no sangue superior ao legalmente permitido, quando essa circunstância seja do seu conhecimento e voluntariamente se faça transportar;**
- d) **Conduza ou seja transportada em veículo em situação de roubo, furto ou furto de uso, quando essa circunstância seja do seu conhecimento e voluntariamente se faça transportar;**
- e) **Conduza veículo em via não considerada como legalmente permitida para circulação ou quando voluntariamente se faça transportar nessa circunstância tendo conhecimento da mesma.**

Incapacidade Temporária por Internamento Hospitalar (CE11): Garante, no caso de internamento hospitalar da(s) pessoa(s) segura(s), decorrente de acidente coberto pela apólice e **verificado no decurso de 180 dias contados da data do acidente**, o pagamento do subsídio diário fixado nas Condições Particulares, enquanto

subsistir o internamento em hospital ou clínica, **até ao máximo de 360 dias (contados a partir da data do internamento) por sinistro e anuidade para o conjunto das pessoas seguras.**

Despesas de Tratamento e Repatriamento (CE12): Garante, **até ao limite estabelecido nas Condições Particulares, por sinistro e anuidade para o conjunto das pessoas seguras**, o reembolso das despesas de tratamento suportadas pela(s) pessoa(s) segura(s) em consequência de lesões corporais causadas por acidente coberto ao abrigo da apólice, bem como as despesas extraordinárias de repatriamento em transporte clinicamente aconselhado em face da natureza das referidas lesões corporais.

São **despesas de tratamento** as relativas a honorários médicos e internamento hospitalar, incluindo assistência medicamentosa e de enfermagem, que forem necessárias em consequência do acidente, **excluindo despesas de transporte.**

São **despesas de repatriamento** as relativas ao transporte clinicamente aconselhado para o repatriamento da(s) pessoa(s) segura(s).

Despesas de Funeral (CE13): Garante, **até ao limite estabelecido nas Condições Particulares, por apólice para o conjunto das pessoas seguras**, o reembolso das despesas com o funeral da pessoa segura falecida em consequência de acidente coberto pela apólice.

Responsabilidade Civil Vida Privada (CE23) – apenas na modalidade Completo: Garante, **até ao limite estabelecido nas Condições Particulares, por sinistro e anuidade para o conjunto das pessoas seguras**, as indemnizações que, nos termos da lei, sejam exigidas à(s) pessoa(s) segura(s) com fundamento em responsabilidade civil extracontratual por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais, decorrentes de lesões materiais e/ou corporais, involuntariamente causados a terceiros em consequência de atos ou omissões ocorrido(a)s no âmbito da sua vida privada, **excluindo o exercício de qualquer atividade profissional.**

Quando a(s) pessoa(s) segura(s) for(em) menor(es) de idade, consideram-se garantidas, ao abrigo do disposto no parágrafo anterior, as indemnizações exigidas às pessoas que por ela(s) sejam civilmente responsáveis.

Não se considera “terceiros” quaisquer pessoas cuja responsabilidade esteja garantida por esta cobertura, bem como os seus cônjuges ou pessoas abrangidas pelo regime da união de facto, ascendentes e descendentes ou pessoas que com elas coabitem ou vivam a seu cargo.

Assistência a Pessoas – Familiar (CE31):

Esta cobertura garante, nos termos e condições da apólice, a prestação de serviços de assistência e o pagamento e/ou reembolso de despesas, no âmbito das garantias previstas nesta condição especial.

As garantias desta cobertura apenas serão válidas quando as pessoas seguras tenham residência permanente em Portugal.

Quando a pessoa segura for menor de idade, considera-se que, para efeitos dos direitos e deveres decorrentes desta cobertura, será representada por um dos seus progenitores ou tutor legal.

Viagem é a deslocação das pessoas seguras para local diferente da sua residência permanente. **No caso de deslocações ao estrangeiro, apenas serão consideradas viagens para efeito desta cobertura, as deslocações por período inferior a 60 dias consecutivos.**

Garantias em Viagem:

A. Em caso de acidente ou doença das pessoas seguras, ocorrido(a) em viagem e quando a situação clínica o justifique, a MAPFRE garante, através dos Serviços de Assistência:

• Transporte e/ou Repatriamento Sanitário

- a) Despesas de transporte e/ou repatriamento sanitário da pessoa segura, em ambulância ou no meio recomendado pelo médico responsável em conjunto com a equipa médica da MAPFRE, até à unidade hospitalar mais próxima adequadamente equipada;
- b) Acompanhamento por equipa médica da MAPFRE, em contacto com a unidade hospitalar e com o médico assistente da pessoa segura, para determinação das medidas adequadas ao melhor tratamento e do meio mais apropriado em caso de necessidade de transferência para outra unidade hospitalar ou de deslocação para a residência permanente;
- c) Despesas de transporte e/ou repatriamento sanitário da pessoa segura, em ambulância ou no meio recomendado pelo médico responsável em conjunto com a equipa médica da MAPFRE, para outra unidade hospitalar ou para a sua residência permanente.

Esta garantia apenas será válida quando o meio de transporte utilizado, bem como a necessidade de acompanhamento médico ou paramédico tenha sido previamente aceite pela equipa médica da MAPFRE.

- **Transporte e/ou Repatriamento de Acompanhantes**

Garante as despesas de transporte dos acompanhantes da pessoa segura até à sua residência permanente em Portugal ou até à unidade hospitalar onde a pessoa segura esteja internada.

No caso de acompanhantes com idade inferior a 15 anos, não acompanhados por um adulto, garante o tratamento das formalidades e as despesas de contratação de um adulto para o acompanhar até ao local da sua residência permanente em Portugal ou até à unidade hospitalar onde a pessoa segura esteja internada.

Esta garantia apenas será válida quando o acidente ou doença da pessoa segura impossibilite a continuação da viagem dos seus acompanhantes, desde que estes não possam regressar pelos meios inicialmente previstos ou não possam utilizar o título de transporte já adquirido por este não ser passível de alteração. Quando seja possível a utilização do título de transporte, decorrerão por conta da MAPFRE os custos inerentes à reemissão do mesmo, caso haja lugar a tal.

• Assistência Sanitária no Estrangeiro

Garante, em caso de acidente ou doença da pessoa segura, ocorrido em viagem, no estrangeiro:

- a) Despesas de hospitalização;
- b) Honorários médicos;
- c) Despesas com intervenções cirúrgicas;
- d) Despesas farmacêuticas mediante prescrição médica;
- e) Despesas com consultas médicas.

As despesas de intervenção cirúrgica apenas ficam garantidas quando a intervenção seja urgente e inadiável, não podendo aguardar pelo regresso da pessoa segura.

As despesas com consultas médicas não prescritas por médico indicado pela MAPFRE, ficam sujeitas á aplicação da franquia estabelecida no artigo 8.º, que deverá ser diretamente liquidada pela pessoa segura no momento da consulta.

• Prolongamento da Estada da Pessoa Segura

Garante as despesas de estada em hotel da pessoa segura, **quando se lhe imponha o prolongamento da estada para sua assistência sanitária, mediante prévia recomendação médica.**

Esta garantia apenas será válida em caso de acidente ou doença da pessoa segura, ocorrido(a) em viagem, quando se lhe imponha o prolongamento da estada para sua assistência sanitária mediante prévia

recomendação médica, desde que a distância entre a residência permanente da pessoa segura e o local onde a mesma se encontre seja igual ou superior a:

- a) 50 quilómetros em Portugal Continental;
- b) 5 quilómetros nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

- **Transporte e Estada para Acompanhamento da Pessoa Segura**

Garante as despesas de transporte de ida e volta e de estada em hotel, de uma pessoa para acompanhar a pessoa segura, no local onde se situe a unidade hospitalar onde a pessoa segura esteja internada.

Apenas se consideram garantidas as despesas de viagem com início em Portugal, em avião de carreira regular, comboio em 1ª Classe ou qualquer outro meio de transporte adequado, mediante aceitação prévia pela MAPFRE.

Esta garantia apenas será válida em caso de hospitalização da pessoa segura, por período superior a 5 dias consecutivos e desde que a distância entre a residência permanente da pessoa segura e o local onde a mesma se encontre seja igual ou superior a:

- a) 50 quilómetros em Portugal Continental;
- b) 5 quilómetros nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

- **Transporte e/ou Repatriamento da Pessoa Segura Falecida**

Garante o tratamento das formalidades para transporte e/ou repatriamento do corpo e as despesas de transporte e/ou repatriamento, até ao lugar do funeral em Portugal. **Não garante despesas com a urna e com a cerimónia fúnebre.**

- **Transporte e/ou Repatriamento de Acompanhantes da Pessoa Segura Falecida**

Garante as despesas de transporte dos acompanhantes da pessoa segura falecida, até à sua residência permanente em Portugal ou até ao local do funeral em Portugal.

No caso de acompanhantes com idade inferior a 15 (quinze) anos, não acompanhados por um adulto, garante o tratamento das formalidades e as despesas de contratação de um adulto para o acompanhar até ao local da sua residência permanente em Portugal ou até ao local do funeral em Portugal.

Esta garantia apenas será válida em caso de ativação da garantia 009 (transporte e/ou Repatriamento da Pessoa Segura Falecida), desde que os acompanhantes não possam regressar pelos meios inicialmente previstos ou não possam utilizar o título de transporte já

adquirido por este não ser passível de alteração ou quando a utilização dos meios de transporte inicialmente previstos não lhes permitam regressar atempadamente. Quando seja possível a utilização do título de transporte, decorrerão por conta da MAPFRE os custos inerentes à reemissão do mesmo, caso haja lugar a tal.

B. Garante, ainda, quando a(s) pessoa(s) segura(s) se encontre(m) em viagem:

- **Localização e Envio de Bagagens**

Garante a colaboração nas diligências necessárias para a recuperação da bagagem da pessoa segura em caso de furto, roubo ou extravio. Se a bagagem for recuperada, garante, **até aos limites estabelecidos no artigo 8.º**, as despesas com o seu envio à pessoa segura.

Esta garantia apenas será válida depois de feita, pela pessoa segura ou por quem a representar, a respetiva participação às autoridades competentes. As despesas de envio apenas serão garantidas até ao local de destino da viagem ou até à residência permanente da pessoa segura.

- **Extravio de Bagagens**

Em caso de extravio de bagagem em voo regular, garante o adiantamento, à pessoa segura, de dinheiro para fazer face a despesas de primeira necessidade.

Se a bagagem for recuperada, a pessoa segura deverá restituir o valor adiantado pela MAPFRE, no prazo máximo de 1 mês.

Se a bagagem não for recuperada, o valor adiantado fica para a pessoa segura a título de indemnização.

Esta garantia não é válida em viagens de regresso à residência permanente da pessoa segura.

Esta garantia apenas será válida quando a bagagem não seja recuperada nas 24 horas seguintes à chegada da pessoa segura ao seu destino.

- **Regresso Antecipado por Falecimento de um Familiar**

Garante as despesas de transporte da pessoa segura, quando tenha de regressar antecipadamente por falecimento, em Portugal, do seu cônjuge ou pessoa abrangida pelo regime da união de facto ou de um ascendente ou descendente até ao 2º grau da linha reta, até ao lugar do funeral, em Portugal.

Esta garantia apenas será válida quando a pessoa segura não possa regressar pelos meios inicialmente previstos ou não possa utilizar o título de transporte já adquirido por o

mesmo não ser passível de alteração, ou, quando, a distância a que se encontre do local do funeral não lhe permita chegar ao mesmo nas 24 horas seguintes à ocorrência do falecimento. Quando seja possível a utilização do título de transporte, decorrerão por conta da MAPFRE os custos inerentes à reemissão do mesmo, caso haja lugar a tal.

- **Retorno Antecipado por Sinistro Grave na Residência Permanente**

Garante as despesas de transporte da pessoa segura, até à sua residência permanente, quando na mesma, tenha ocorrido um sinistro de furto com violação de portas e/ou janelas, de incêndio ou explosão, que a torne inabitável ou sujeita, devido à gravidade do risco, a maiores danos, de tal forma que se torne imprescindível a sua presença imediata e seja necessária e inadiável o seu regresso.

Esta garantia apenas será válida quando a pessoa segura não possa regressar pelos meios inicialmente previstos ou não possa utilizar o título de transporte já adquirido por este não ser passível de alteração, ou, quando, a distância a que se encontre da sua residência permanente não lhe permita chegar à mesma nas 24 horas seguintes à ocorrência do sinistro. Quando seja possível a utilização do título de transporte, decorrerão por conta da MAPFRE os custos inerentes à reemissão do mesmo, caso haja lugar a tal.

- **Localização ou Envio de Medicamentos de Urgência**

Quando a pessoa segura se encontre em viagem no estrangeiro e não consiga obter localmente medicamentos indispensáveis e de uso habitual ou que lhe sejam prescritos com carácter de urgência, garante a prestação de informação acerca da localização onde possam ser obtidos ou o seu envio, quando a pessoa segura não consiga obtê-los.

Não está garantido o custo dos medicamentos e eventuais taxas e/ou despesas alfandegárias, que serão sempre suportados pela pessoa segura.

Esta garantia apenas será válida quando os medicamentos não possam ser substituídos por sucedâneos e se encontrem disponíveis em Portugal.

- **Transmissão de Mensagens Urgentes**

Garante a transmissão de mensagens urgentes, a pedido da pessoa segura, relativas a alguma ocorrência garantida pela presente cobertura.

Garantias de Apoio Familiar:

Em caso de acidente ou doença da(s) pessoa(s) segura(s), a MAPFRE garante, através dos Serviços de Assistência:

- **Serviço de Ambulâncias**

Garante as despesas de transporte da pessoa segura, em ambulância, até à unidade hospitalar adequada, sempre que a utilização desse meio de transporte tenha sido prescrita pelo médico assistente.

Esta garantia apenas será válida em caso de acidente ou doença da pessoa segura ocorrido(a) no seu local de residência permanente.

- **Envio de Governanta ao Domicílio**

Garante a procura e envio de profissional qualificado que efetue o serviço de governanta, na residência permanente da pessoa segura.

Não garante as despesas dos serviços prestados, que serão suportadas pela pessoa segura.

Esta garantia fica sujeita à disponibilidade local de prestadores de serviço.

- **Envio de Baby-sitter ao Domicílio**

Garante a procura e envio de profissional qualificado que efetue o serviço de baby-sitting para crianças com idade inferior a 10 (dez) anos, na residência permanente da pessoa segura.

Não garante as despesas dos serviços prestados, que serão suportadas pela pessoa segura.

Esta garantia fica sujeita à disponibilidade local de prestadores de serviço.

- **Envio de Apoio Escolar ao Domicílio**

Garante a procura e envio de profissional qualificado que efetue o apoio escolar da pessoa segura, na sua residência permanente.

Esta garantia fica sujeita à disponibilidade local de prestadores de serviço.

Esta garantia apenas será válida em caso de convalescença domiciliária de pessoa segura que frequente o ensino escolar até ao 9.º ano (inclusive).

3. EXCLUSÕES E LIMITAÇÕES DE COBERTURA

3.1. Consideram-se excluídos do âmbito de cobertura do contrato os acidentes que derivem, direta ou indiretamente de:

- a) **INFLUÊNCIA DE ESTUPEFACIENTES OU ESTADO DE ALCOOLÉMIA:** Ações ou omissões da pessoa segura quando acuse consumo de produtos tóxicos, estupefacientes ou outras drogas fora de prescrição médica, bem como quando lhe for detetado um grau de alcoolémia no sangue superior a 0,5 gramas por litro ou ao legalmente permitido para a atividade da

qual decorra o sinistro ou ainda, quando seja incapaz de controlar os seus atos por anomalia psíquica ou outra causa;

- b) **DOLO OU NEGLIGÊNCIA GROSSEIRA:** Ações ou omissões dolosas ou grosseiramente negligentes da pessoa segura, atos temerários, apostas, desafios, suicídio ou sua tentativa, mutilações voluntárias ou sua tentativa, mesmo que estes atos sejam cometidos em estado de incapacidade de discernimento;
- c) **ATOS OU OMISSÕES DOLOSOS(AS) DO BENEFICIÁRIO:** Atos ou omissões doloso(a)s do beneficiário dirigidos contra a pessoa segura, na parte do benefício que àquele respeitar;
- d) **TERRORISMO OU SABOTAGEM:** Terrorismo ou sabotagem, ou seja, quaisquer crimes, atos ou factos como tal considerados pela legislação penal portuguesa vigente;
- e) **CONDUÇÃO ILEGAL PELA PESSOA SEGURA:** Condução de veículo pela pessoa segura sem estar legalmente habilitada para o efeito ou em situação de roubo, furto ou furto de uso;
- f) **TRANSPORTE COM CONDUÇÃO ILEGAL:** Transporte da pessoa segura em veículo conduzido por condutor não habilitado ou em situação de roubo, furto ou furto de uso, quando essa circunstância seja do conhecimento da pessoa segura e voluntariamente se fizer transportar;
- g) **ATAQUE DE ANIMAIS PERIGOSOS NA POSSE DA PESSOA SEGURA:** Animais que, face à lei vigente, sejam considerados perigosos ou potencialmente perigosos ou por animais selvagens, venenosos ou predadores, quando na posse da pessoa segura.

Excluem-se também:

- h) **HÉRNIAS:** Hérnias de qualquer natureza, varizes e suas complicações, lumbagos, roturas ou distensões musculares;
- i) **PRÓTESES E/OU ORTÓTESES:** Implantação de próteses e/ou ortóteses;
- j) **EFEITOS PSÍQUICOS:** Acidentes ou eventos que produzam unicamente efeitos psíquicos;
- k) **DOENÇAS:** As doenças de qualquer natureza, as quais só ficarão garantidas quando se possa provar inequivocamente serem consequência direta do acidente coberto;
- l) **ASBESTOSE:** “Asbestose”, qualquer outra doença, excluindo igualmente cancro, ou qualquer outro dano causado(a), decorrente ou de qualquer forma relacionado(a) com amianto ou qualquer

produto contendo amianto em qualquer forma ou quantidade.

3.2. Consideram-se também excluídas as seguintes afeções:

- a) **SIDA:** Síndrome de Imunodeficiência adquirida (SIDA);
- b) **ATAQUE CARDÍACO SEM TRAUMATISMO EXTERNO:** Ataque cardíaco não causado por traumatismo físico externo.

3.3. Exceto quando expressamente contratadas as respetivas coberturas nas Condições Particulares, o presente contrato não garante:

- a) **DESPORTOS FEDERADOS:** Prática desportiva federada ou de competição e respetivos estágios e treinos;
- b) **DESPORTOS PERIGOSOS:** Artes marciais, luta ou boxe; Desportos praticados sobre a neve ou gelo; Alpinismo ou escalada; *Slide* ou *rappel*; Espeleologia; *Parkour*; Equitação com corrida ou salto; Paraquedismo, queda livre, parapente, voo em asa delta ou ultraleves; Saltos ou saltos invertidos com mecanismos de suspensão corporal (*bungee jumping*); *Downhill*; Caça de animais ferozes ou que reconhecidamente sejam considerados perigosos; Tauromaquia ou largadas de touros; Desportos terrestres motorizados; Desportos náuticos praticados sobre prancha; Motonáutica ou esqui aquático; Descida de torrentes ou correntes originadas por desníveis nos cursos de água; Mergulho com utilização de sistemas auxiliares de respiração (garrafas); Caça submarina; Ou outros desportos e atividades análogo(a)s na sua perigosidade, mesmo como amador;
- c) **PILOTAGEM DE AERONAVES:** Pilotagem ou utilização de aeronaves, exceto como passageiro de linha aérea regular;
- d) **FENÓMENOS DA NATUREZA:** Fenómenos da natureza, tais como ventos ciclónicos, terramotos, maremotos e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação de raio;
- e) **RISCOS NUCLEARES:** Explosão ou quaisquer outros fenómenos direta ou indiretamente relacionados com a desintegração ou fusão de núcleos de átomos, bem como os efeitos de contaminação radioativa;
- f) **GUERRA:** Guerra contra país estrangeiro (declarada ou não), hostilidades entre nações estrangeiras (com declaração de guerra ou não) ou atos bélicos provenientes direta ou indiretamente dessas hostilidades, ato de inimigo

estrangeiro, invasão, guerra civil, insurreição, rebelião e revolução;

- g) **GREVES E PERTURBAÇÕES DA ORDEM PÚBLICA:** Greves, *lock out*, distúrbios laborais, tumultos, motins e/ou alterações da ordem pública;
- h) **UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS MOTORIZADOS DE 2 OU 3 RODAS OU MOTO 4:** Utilização de veículos motorizados de duas ou três rodas ou motoquatro.

3.4. Relativamente à cobertura de Responsabilidade Civil Vida Privada consideram-se excluídos:

- a) **DOLO:** Danos decorrentes de atos ou omissões dolosas da pessoa segura ou de pessoas por quem esta seja civilmente responsável;
- b) **ALCOOLÉMIA OU INFLUÊNCIA DE ESTUPEFACIENTES:** Danos decorrentes de atos ou omissões da pessoa segura ou de pessoa por quem seja civilmente responsável, quando praticados em estado de demência, alcoolemia ou sob a influência de estupefacientes;
- c) **CRIMES:** Quaisquer responsabilidades de natureza criminal;
- d) **SEGUROS OBRIGATÓRIOS:** Responsabilidades que devam ser objeto de seguro obrigatório;
- e) **RESPONSABILIDADES DE PROPRIETÁRIO DE IMÓVEL:** Responsabilidades de proprietário ou locatário de imóvel;
- f) **ACIDENTES COM EMBARCAÇÕES:** Danos decorrentes de acidentes provocados por embarcações marítimas, lacustres ou fluviais;
- g) **DANOS PUNITIVOS, DE VINGANÇA OU EXEMPLARES:** Indemnizações fixadas a título de danos punitivos (*punitive damages*), danos de vingança (*vindictive damages*), danos exemplares (*exemplary damages*) e outras de características semelhantes;
- h) **COIMAS:** Reclamações resultantes, direta ou indiretamente, da aplicação de quaisquer fianças, taxas, multas ou coimas, bem como de outras penalidades de natureza sancionatória ou fiscal;
- i) **RESPONSABILIDADES CONTRATUAIS:** Reclamações decorrentes de responsabilidades aceites pela pessoa segura por acordo contratual, que imponham o pagamento de indemnizações que não seriam devidas sem a existência de tal acordo;
- j) **INVESTIGAÇÕES E PERITAGENS NÃO**

AUTORIZADAS: Despesas suportadas seja por quem for, em sede extrajudicial, relativas a investigações e pesquisas destinadas a determinar as causas do sinistro, a menos que essas investigações, pesquisas e despesas tenham sido previamente autorizadas pela MAPFRE;

- k) **POLUIÇÃO OU CONTAMINAÇÃO:** Danos causados por alteração do meio ambiente, em particular os causados direta ou indiretamente por poluição ou contaminação do solo, das águas ou da atmosfera, assim como todos aqueles que forem devidos a ação de fumos, vapores, vibrações, ruídos, cheiros, temperaturas, humidades, corrente elétrica ou substâncias nocivas bem como os decorrentes de alterações do nível freático, quer no local dos trabalhos, quer em áreas adjacentes ou contíguas;
- l) **BENS DE TERCEIROS CONFIADOS:** Danos causados a bens ou objetos de terceiros confiados à pessoa segura para guarda, utilização, trabalho ou outro fim;
- m) **PERDAS INDIRETAS OU LUCROS CESSANTES:** Perdas indiretas e/ou lucros cessantes.

São aplicáveis a esta cobertura as exclusões constantes do n.3.1 alíneas d), e), g) e l) e n.3.3.

3.5. Relativamente à cobertura de Assistência a Pessoas Júnior, considera-se excluído qualquer pagamento ou reembolso de despesas relativo a:

- a) **PRESTAÇÕES NÃO AUTORIZADAS:** Prestações que a pessoa segura tenha contratado por sua conta, sem prévia solicitação, conhecimento e aceitação da MAPFRE, salvo em caso de força maior;
- b) **DOENÇAS OU LESÕES PREEXISTENTES:** Doenças ou lesões já existentes à data de contratação desta cobertura ou, no caso das garantias de assistência em viagem, já existentes antes do início da viagem, bem como doenças ou lesões delas resultantes;
- c) **TRATAMENTOS ESTÉTICOS:** Tratamentos estéticos, exceto quando necessários em consequência de acidente coberto pela apólice;
- d) **TRATAMENTOS EM TERMAS:** Tratamentos ou estadas em casas de repouso, lares de terceira idade, termas e similares;
- e) **MEDICINA PREVENTIVA:** Medicina preventiva, vacinas ou similares;
- f) **FISIOTERAPIA:** Reabilitação e fisioterapia efetuadas sem o acordo da MAPFRE.

São aplicáveis a esta cobertura as exclusões constantes nos nsº3.1, 3.2 e 3.3, com exceção

das alíneas c), k) e l) do n.º3.1 e b) do n.º3.2.

A MAPFRE não se responsabiliza por atrasos ou incumprimentos devidos a motivo de força maior ou a fatores de natureza administrativa ou política do país em que ocorreu o sinistro.

4. FRANQUIAS

Mediante contratação, pode ficar a cargo da pessoa segura uma parte do valor da regularização do sinistro.

As franquias encontram-se assinaladas nas Tabelas constantes na página 18.

Em caso de sinistro garantido ao abrigo da cobertura de Responsabilidade Civil Vida Privada, a franquia não é oponível ao(s) terceiro(s) lesado(s), competindo à MAPFRE responder integralmente pela indemnização devida, sem prejuízo do direito a ser reembolsada pelo tomador do seguro/pessoa segura.

5. DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

O tomador do seguro e as restantes pessoa(s) segura(s) está(ão) obrigado(as), antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheça(m) e razoavelmente deva(m) ter por significativas para a apreciação do risco pela MAPFRE.

O disposto no parágrafo anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pela MAPFRE para o efeito.

Incumprimento doloso do dever de declaração inicial do risco: Neste caso o contrato é anulável mediante declaração enviada pela MAPFRE ao tomador do seguro.

Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no parágrafo anterior deve ser enviada no prazo de 3 meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.

A MAPFRE não está obrigada a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso ou no decurso do prazo previsto no parágrafo anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.

A MAPFRE tem direito ao prémio devido até ao final do prazo de 3 meses anteriormente referido, salvo se tiver concorrido dolo ou negligência grosseira, seus ou do seu representante.

Em caso de dolo do tomador do seguro ou das restantes pessoas seguras com o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

Incumprimento negligente do dever de

declaração inicial do risco: Neste caso a MAPFRE pode, mediante declaração a enviar ao tomador do seguro, no prazo de 3 meses a contar do seu conhecimento:

- a) Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;
- b) Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado inexatamente.

O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a receção pelo tomador do seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.

No caso referido no parágrafo anterior, o prémio é devolvido *pro rata temporis* (proporcionalmente ao período de tempo não decorrido até ao vencimento) atendendo à cobertura havida.

Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexatidões negligentes:

- a) A MAPFRE cobre o sinistro na proporção entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente;
- b) **A MAPFRE, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculada à devolução do prémio.**

6. AGRAVAMENTO DO RISCO

O tomador do seguro e as restantes pessoas seguras têm o dever de, durante a execução do contrato, no prazo de 14 dias a contar do conhecimento do facto, comunicar à MAPFRE todas as circunstâncias que agravem o risco, desde que estas, caso fossem conhecidas pela MAPFRE aquando da celebração do contrato, tivessem podido influir na decisão de contratar ou nas condições do contrato.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, a alteração da residência da(s) pessoa(s) segura(s) para o estrangeiro, devem ser comunicadas à MAPFRE no prazo e nos termos estabelecidos no parágrafo anterior.

No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, a MAPFRE pode:

- a) Apresentar ao tomador do seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;
- b) Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

A declaração de resolução do contrato produz os seus efeitos no 10.º dia útil posterior à data do registo.

7. SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO

Se antes da cessação ou da alteração do contrato decorrente de um agravamento do risco, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, a MAPFRE:

- a) Cobre o risco, efetuando a prestação convencionada, se o agravamento tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo de 14 dias previsto para a comunicação do risco;
- b) Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efetivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro;
- c) Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do tomador do seguro ou das restantes pessoas seguras com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.

Na situação prevista nas alíneas a) e b), sendo o agravamento do risco resultante de facto do tomador do seguro ou das restantes pessoas seguras, a MAPFRE não está obrigada ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

8. OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DO SEGURO E DAS RESTANTES PESSOAS SEGURAS EM CASO DE SINISTRO

8.1. Em caso de sinistro coberto pelo contrato, o tomador do seguro/pessoa segura obriga-se a:

- a) Comunicar tal facto, por escrito, à MAPFRE, no mais curto prazo de tempo possível, nunca superior a 8 dias a contar do dia da ocorrência ou do dia em que tenha conhecimento da mesma,

- explicitando as suas circunstâncias, causas eventuais e consequências;
 - b) Tomar as medidas ao seu alcance no sentido de prevenir ou limitar as consequências do sinistro;
 - c) Prestar à MAPFRE as informações que esta solicite relativas ao sinistro e às suas consequências;
 - d) Cumprir as prescrições médicas;
 - e) Promover o envio à MAPFRE, até 8 dias após a pessoa segura ter sido clinicamente assistida, de uma declaração do médico, onde conste a natureza e localização das lesões, o seu diagnóstico, os dias eventualmente previstos para internamento hospitalar, bem como a indicação da possível invalidez permanente;
 - f) Enviar à MAPFRE, em complemento da participação do acidente, o certificado de óbito (com indicação da causa da morte), relatório de autópsia e, quando considerados necessários, outros documentos elucidativos do acidente e das suas consequências, sempre que do acidente resulte a morte da pessoa segura;
 - g) Comunicar, até 8 dias após a sua verificação, a cura das lesões, promovendo o envio de declaração médica, onde conste para além da data da alta, o número de dias de internamento hospitalar e a percentagem de invalidez permanente eventualmente constatada;
 - h) Entregar para o reembolso a que houver lugar, a documentação original e todos os documentos justificativos das despesas efetuadas e abrangidas por cobertura do contrato;
 - i) Não impedir, não dificultar e colaborar com a MAPFRE no apuramento da causa do sinistro;
 - j) Não usar de fraude, simulação, falsidade ou de quaisquer outros meios dolosos, bem como de documentos falsos para justificar a reclamação;
 - k) Não prejudicar o direito de sub-rogação da MAPFRE nos direitos da pessoa segura contra o terceiro responsável pelo sinistro, decorrente da cobertura do sinistro por aquela.
- 8.2. A(s) pessoa(s) segura(s) obriga(m)-se ainda a:
- a) Sujeitar-se a exame por médico designado pela MAPFRE, sempre que esta o requeira;
 - b) Autorizar os médicos a apresentarem todas as informações solicitadas.
- 8.3. O incumprimento do previsto nas alíneas

a), b) e c) do n.º 8.1. determina, salvo o previsto no número seguinte:

- a) A redução da prestação da MAPFRE atendendo ao dano que o incumprimento lhe cause;
- b) A perda da cobertura se for doloso e tiver determinado dano significativo para a MAPFRE.

8.4. No caso do incumprimento do previsto nas alíneas a) e c) do n.º 8.1., a sanção prevista no número anterior não é aplicável quando a MAPFRE tiver conhecimento do acidente por outro meio durante os 8 dias previstos nessa alínea, ou o obrigado à comunicação prove que não poderia razoavelmente ter procedido à comunicação devida no momento anterior àquele em que o fez.

8.5. O incumprimento do previsto nas demais alíneas do n.º 8.1. e do n.º 8.2. determina a responsabilidade por perdas e danos do incumpridor.

8.6. No caso de comprovada impossibilidade de o tomador do seguro ou da pessoa segura cumprir quaisquer das obrigações previstas neste contrato, transfere-se tal obrigação para quem – tomador do seguro, outra pessoa segura, beneficiário ou respetivos representantes - a possa cumprir.

9. PRÉMIO

Forma de cálculo: O prémio a cobrar será resultante da aplicação das tarifas que estejam estabelecidas em cada momento na MAPFRE, fundadas em critérios técnicos atuariais e baseadas em princípios de equidade e de suficiência para o cumprimento das obrigações derivadas dos contratos e constituição das provisões técnicas adequadas.

Sem prejuízo do disposto no número anterior, o valor do prémio do seguro é acrescido dos encargos fiscais e parafiscais, do custo de apólice e de atas adicionais.

10. PAGAMENTO DO PRÉMIO

Meios de pagamento: O prémio pode ser pago por débito direto, por Multibanco, numerário ou cheque bancário, nas lojas dos CTT ou nas lojas *Payshop*.

O pagamento por cheque fica subordinado à condição da sua boa cobrança e, verificada esta, considera-se feito na data da receção daquele. O pagamento por débito em conta fica subordinado à condição da não anulação posterior do débito por retratação do autor do pagamento no quadro de legislação especial que o permita. **A falta de**

cobrança do cheque ou anulação do débito equivale à falta de pagamento do prémio, sem prejuízo do disposto nas Condições Gerais.

Fracionamento: O tomador do seguro, nos termos da lei e da apólice, contrai perante a MAPFRE a obrigação de pagar o prémio total relativamente a cada anuidade. A MAPFRE aceita, porém, que o pagamento se faça em prestações semestrais ou trimestrais liquidadas adiantadamente, de acordo com o indicado na apólice.

11. FALTA DE PAGAMENTO DO PRÉMIO

A falta de pagamento do prémio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.

A falta de pagamento do prémio de anuidades subsequentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.

A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:

- a) Uma fração do prémio no decurso de uma anuidade;
- b) Um prémio adicional resultante de uma modificação do contrato, fundada num agravamento superveniente do risco.

O não pagamento, até à data do vencimento, de um prémio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prémio não pago.

12. AGRAVAMENTOS E BÓNUS

Neste seguro não há aplicação de agravamentos ou bónus por sinistralidade.

13. MONTANTE MÁXIMO DE RESPONSABILIDADE DA MAPFRE

Em caso de Acidente Pessoal:

Morte ou Invalidez Permanente e Morte ou Invalidez Permanente por Acidente de Circulação: A MAPFRE responde até ao limite dos capitais seguros fixados nas Condições Particulares, sendo estes **capitais únicos para a apólice e para o conjunto das pessoas seguras.**

Em caso de invalidez permanente de pessoa

segura será paga uma percentagem do capital seguro correspondente ao grau de invalidez sofrido **determinado em função da Tabela de Avaliação de Incapacidades Permanente em Direito Civil.**

Os defeitos físicos de que a pessoa segura já era portadora em qualquer membro ou órgão, serão tomados em consideração ao determinar-se o grau de desvalorização proveniente do acidente, que corresponderá à diferença entre a invalidez já existente à data do sinistro e aquela que passou a existir.

Salvo disposição contratual em contrário, se as consequências de um acidente forem agravadas por doença ou enfermidade anterior à data daquele, a responsabilidade da MAPFRE não poderá exceder a que teria, se a pessoa segura não fosse portadora dessa doença ou enfermidade.

Os riscos de Morte e de Invalidez Permanente não são cumuláveis, pelo que, se uma Pessoa Segura vier a falecer em consequência de acidente, ao capital por Morte será deduzido o valor do capital por Invalidez Permanente que, eventualmente, já tenha sido atribuído ou pago por acidente de qualquer Pessoa Segura.

Falta de acordo entre a MAPFRE e a(s) Pessoa(s) Segura(s) ou o(s) Beneficiário(s): Em caso de falta de acordo entre a MAPFRE e a(s) pessoa(s) segura(s) ou o(s) beneficiário(s) em caso de sinistro participado ao abrigo das coberturas de Morte ou Invalidez Permanente e de Morte ou Invalidez Permanente por Acidente de Circulação, a(s) pessoa(s) segura(s) ou o(s) beneficiário(s) obrigam-se a aceitar o recurso a uma junta médica que decidirá sobre o diferendo e que será constituída pelo médico indicado pela(s) pessoa(s) segura(s) ou pelo(s) beneficiário(s), pelo médico da MAPFRE e por um terceiro médico escolhido por ambos.

No caso de divergência, poderá haver lugar a arbitragem, como previsto no artigo 49º das Condições Gerais da Apólice.

Cada uma das partes pagará os honorários do médico que nomeou e metade dos honorários do terceiro médico nomeado.

Incapacidade Temporária por Internamento Hospitalar e Despesas de Tratamento e Repatriamento: A MAPFRE responde até ao limite de capital seguro por dia e/ou sinistro e anuidade, fixado nas Condições Particulares para o conjunto das pessoas seguras.

Despesas de Funeral: A MAPFRE responde até ao limite do capital seguro nas Condições Particulares por apólice para o conjunto das pessoas seguras.

Pagamento do capital/reembolso de despesas:

- Salvo convenção em contrário, em caso de **Morte ou Invalidez Permanente** o capital será pago, respetivamente, ao(s) beneficiário(s) designados na apólice ou à pessoa segura.
- Salvo convenção em contrário o **subsídio diário por internamento hospitalar** será pago à pessoa segura.
- O **reembolso das Despesas de Tratamento e Repatriamento e das Despesas de Funeral** será efetuado em Euro e em Portugal, contra a entrega da documentação comprovativa, a quem demonstrar ter efetuado os pagamentos. No caso de despesas efetuadas em moeda estrangeira, a conversão é feita à taxa de câmbio de referência de venda do dia do reembolso da despesa.

Em caso de sinistro garantido pela cobertura de Responsabilidade Civil Vida Privada: A responsabilidade da MAPFRE é sempre limitada, seja qual for o número de lesados por um sinistro, ao **capital fixado para esta cobertura nas Condições Particulares da apólice, por sinistro e anuidade para o conjunto das pessoas seguras.**

Os danos devidos a um mesmo evento, qualquer que seja o número de lesados, são considerados como constituindo um só e único sinistro.

Salvo convenção em contrário:

- A MAPFRE não responderá pelas despesas e custos judiciais, quando a indemnização atribuída ao lesado for igual ou exceder o capital seguro;
- A MAPFRE responderá pelas despesas e custos judiciais até ao limite do capital seguro, quando a indemnização atribuída ao lesado for inferior àquele valor.

A MAPFRE responderá pelos honorários de advogados e/ou solicitadores referentes a qualquer ação cível intentada contra a pessoa segura, desde que tais despesas tenham sido por ela previamente autorizadas.

No entanto, se a indemnização atribuída ao lesado for superior ao capital seguro, tais despesas serão suportadas pela MAPFRE e pela pessoa segura na proporção respetiva.

Defesa jurídica:

A MAPFRE pode intervir em qualquer processo judicial ou administrativo em que se discuta a obrigação de indemnizar cujo risco seja objeto desta cobertura, suportando os custos daí decorrentes.

A(s) pessoa(s) segura(s) deve(m) prestar à MAPFRE toda a informação que razoavelmente lhe seja exigida e abster-se de agravar a posição substantiva ou processual da MAPFRE.

Quando a(s) pessoa(s) segura(s) e o lesado tiverem contratado um seguro com a MAPFRE ou existindo qualquer outro conflito de interesses, a MAPFRE deve dar a conhecer aos interessados tal circunstância.

No caso previsto no parágrafo anterior, a(s) pessoa(s) segura(s), frustrada a resolução do litígio por acordo, pode(m) confiar a sua defesa a quem entender(em), assumindo a MAPFRE, salvo convenção em contrário, os custos daí decorrentes proporcionais à diferença entre o valor proposto pela MAPFRE e aquele que a pessoa segura obtenha.

Quando a MAPFRE não tenha dado o seu consentimento, são-lhe inoponíveis, tanto o reconhecimento, por parte da(s) pessoa(s) segura(s), do direito do lesado, como o pagamento da indemnização que a este seja efetuado.

Pluralidade de lesados: Se existirem vários lesados pelo mesmo sinistro com direito a indemnizações que, na sua globalidade, excedam o montante do capital seguro, os direitos dos lesados contra a MAPFRE reduzem-se proporcionalmente até à concorrência daquele montante.

Se a MAPFRE, de boa-fé e por desconhecimento de outras pretensões, efetuar o pagamento de indemnizações de valor superior ao que resultar do disposto no parágrafo anterior, fica liberada para com os outros lesados pelo que exceder o capital seguro.

Âmbito Temporal:

Salvo convenção em contrário, apenas se garante a responsabilidade civil da(s) pessoa(s) segura(s) por eventos geradores de responsabilidade ocorridos durante o período de vigência desta cobertura e reclamados até ao período máximo de 1 ano após o seu termo.

Direito de regresso:

Satisfeita a indemnização, a MAPFRE tem direito de regresso, relativamente à quantia despendida, contra o tomador do seguro ou a(s) pessoa(s) segura(s) que tenha(m) causado dolosamente o dano ou tenha(m) de outra forma lesado dolosamente a MAPFRE após o sinistro, sem prejuízo do disposto na al. a) do nº 1 do artigo 3.º da Condição Especial 23.

Salvo convenção em contrário, não tendo havido dolo do tomador do seguro ou da(s) pessoa(s) segura(s), a obrigação de regresso

só existe na medida em que o sinistro tenha sido causado ou agravado pelo facto que é invocado para exercer o direito de regresso.

Em caso de sinistro garantido pela cobertura de Assistência a Pessoas Familiar:

A MAPFRE responde pela prestação de serviços de assistência e/ou reembolso de despesas até aos limites indicados na respetiva condição especial para o conjunto das pessoas seguras.

Cessaçã o de Efeitos por Pagamento do Capital:

Na data em que se esgote o capital seguro para a cobertura de Morte ou Invalidez Permanente o contrato cessa todos os seus efeitos relativamente a todas as coberturas. Neste caso a MAPFRE estornará "*pro rata temporis*" (proporcionalmente ao período de tempo que decorreria até ao vencimento do contrato) o prémio das coberturas não afetadas por sinistro na anuidade. A cessação de efeitos não prejudica o direito ao reembolso das Despesas de Funeral e ao eventual pagamento do capital por Morte ou Invalidez Permanente por Acidente de Circulação caso o sinistro esteja garantido ao abrigo desta cobertura.

Redução do Capital: Após sinistro que afete as coberturas de Incapacidade Temporária por Internamento Hospitalar, Despesas de Tratamento e Repatriamento e Responsabilidade Civil Vida Privada, o capital seguro ficará, até ao vencimento do contrato, automaticamente reduzido do montante correspondente ao valor do capital atribuído, sem que haja lugar a estorno de prémio, salvo se o tomador do seguro comunicar à MAPFRE e esta aceitar, que pretende reconstituir esse capital pagando o correspondente prémio complementar.

Sub-rogação: Após o reembolso de despesas a MAPFRE fica sub-rogada, na medida do montante pago, nos direitos do tomador do seguro ou da pessoa segura contra o terceiro responsável pelo sinistro, respondendo o tomador do seguro ou a pessoa segura, até ao limite da importância paga pela MAPFRE, por ato ou omissão que prejudique o direito de sub-rogação.

Após o pagamento de capital ou outra prestação de valor pré-determinado, a MAPFRE apenas fica sub-rogada na medida do montante pago, nos direitos da pessoa segura contra o terceiro responsável pelo sinistro, caso a pessoa segura ou, em caso de morte, o(s) beneficiário(s), lhe confirmem, por documento escrito, no recebimento do capital, o exercício do respetivo direito de sub-rogação.

O direito de sub-rogação não será exercido:

- Contra a pessoa segura se esta responde pelo terceiro responsável pelo sinistro, nos termos da lei;
- Contra o cônjuge, pessoa que viva em união de facto, ascendentes e descendentes do tomador do seguro ou da pessoa segura que com ele vivam em economia comum, salvo se a responsabilidade destes terceiros for dolosa ou se encontrar coberta por contrato de seguro.

Pluralidade de Seguros:

O tomador do seguro ou a(s) pessoa(s) segura(s) deve(m) informar a MAPFRE da existência ou da contratação de seguros relativos ao mesmo risco, ainda que garantindo apenas prestações de valor predeterminado.

Relativamente à garantia de responsabilidade civil, a omissão fraudulenta da informação referida no número anterior exonera a MAPFRE da respetiva prestação.

O previsto no parágrafo anterior não é oponível pela MAPFRE ao(s) terceiro(s) lesado(s).

Salvo convenção em contrário, as prestações de valor predeterminado são cumuláveis com outras da mesma natureza ou com prestações de natureza indemnizatória, ainda que dependentes da verificação de um mesmo evento.

Existindo à data do sinistro mais de um contrato de Seguro garantindo Despesas de Tratamento e Repatriamento, Despesas de Funeral e Responsabilidade Civil, o sinistro é indemnizado por qualquer dos seguradores, à escolha da(s) pessoa(s) segura(s), dentro dos limites da respetiva obrigação.

Salvo convenção em contrário, na situação referida no parágrafo anterior, os Seguradores respondem entre si na proporção da quantia que cada um teria de pagar se existisse um único contrato de seguro.

14. VICISSITUDES DO CONTRATO

Início da cobertura e de efeitos: Salvo disposição contratual em contrário, **o contrato produz os seus efeitos a partir do dia e hora indicados nas Condições Particulares, dependendo a sua eficácia do prévio pagamento do prémio.**

Duração: O contrato é celebrado pelo prazo de um ano prorrogável por idênticos períodos. Os efeitos do contrato cessam às 24 horas do último dia do seu prazo.

A prorrogação não se efetua se qualquer das partes denunciar o contrato ou se o tomador do seguro não proceder ao pagamento do prémio.

Denúncia: O contrato pode ser livremente denunciado por qualquer das partes para obviar à sua prorrogação. **A denúncia deverá ser feita através de declaração escrita enviada ao destinatário com uma antecedência mínima de 30 dias relativamente à data da prorrogação.**

Resolução do contrato: O contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.

Direito de livre resolução: O tomador do seguro pode resolver o contrato sem invocar justa causa nos 30 dias imediatos à data de receção da apólice.

O prazo de 30 dias conta-se a partir da data de celebração do contrato, desde que o tomador do seguro, nessa data, disponha, em papel ou noutra suporte duradouro, de todas as informações relevantes sobre o seguro que tenham de constar na apólice.

A resolução do contrato deve ser comunicada à MAPFRE por escrito, em suporte de papel ou outro meio duradouro disponível e acessível à MAPFRE.

A resolução tem efeito retroativo, podendo a MAPFRE ter direito às seguintes prestações:

- Ao valor do prémio calculado *pro rata temporis* (proporcionalmente ao período de tempo não decorrido até ao vencimento), na medida em que tenha suportado o risco até à resolução do contrato;
- Ao montante das despesas razoáveis que tenha efetuado com exames médicos sempre que esse valor seja imputado contratualmente ao Tomador do Seguro.

Cessação das garantias relativamente a cada Pessoa Segura: Para além do previsto nas Condições Gerais da apólice, as garantias do contrato cessam, relativamente a cada pessoa segura, nas seguintes circunstâncias:

Tomador do Seguro: às 24 horas do último dia da anuidade em que atinja os 70 anos de idade;

Cônjuge ou pessoa abrangida pelo regime de união de facto: na data em que deixe de satisfazer essa condição ou às 24 horas do último dia da anuidade em que atinja os 70 anos de idade, consoante o que ocorrer primeiro;

Filhos, adotados ou legalmente equiparados: na data em que deixem de pertencer ao agregado familiar ou às 24 horas do último dia da anuidade em que atinjam os 24 anos de idade, consoante o que ocorrer primeiro.

Designação Beneficiária: O tomador do seguro ou quem este indique, designa o(s)

beneficiário(s), podendo a designação ser feita na proposta de seguro, em declaração escrita recebida pela MAPFRE, posterior à emissão da apólice, ou em testamento.

A pessoa que designa o(s) beneficiário(s) pode a qualquer momento alterar ou revogar a designação, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

A alteração ou revogação de beneficiário(s) só é válida a partir do momento em que a MAPFRE tenha recebido a correspondente comunicação escrita contendo os elementos de identificação do(s) beneficiário(s) nomeadamente o(s) nome(s) completo(s), a(s) morada(s) e o(s) número(s) de identificação civil e fiscal. Em caso de incorreção ou desatualização dos elementos de identificação do(s) beneficiário(s) que impossibilite a MAPFRE de determinar a sua identidade ou localização, o pagamento da quota-parte pertencente ao beneficiário insuficientemente identificado ficará a aguardar a reclamação do interessado.

Quando a pessoa segura tenha assinado, juntamente com o tomador do seguro, a proposta de seguro de que conste a designação beneficiária ou tendo a pessoa segura designado o beneficiário, a alteração da designação beneficiária pelo tomador do seguro carece do acordo da pessoa segura, sem prejuízo do disposto quanto ao seguro de grupo.

A alteração da designação beneficiária feita por pessoa diversa da pessoa segura ou sem o acordo desta, deve ser comunicada pela MAPFRE à pessoa segura.

O direito de alteração ou revogação da designação beneficiária cessa no momento em que o(s) beneficiário(s) adquiram o direito ao pagamento das importâncias seguras.

A cláusula beneficiária será considerada irrevogável sempre que tenha havido aceitação do benefício por parte do beneficiário, ficando o tomador do seguro ou a pessoa segura impedido(a) de efetuar qualquer alteração à cláusula beneficiária.

A renúncia do tomador do seguro ou da pessoa segura ao direito de alterar a cláusula beneficiária, bem como a aceitação do beneficiário, deverão constar de documento escrito cuja validade depende da efetiva comunicação à MAPFRE.

Sendo a cláusula beneficiária irrevogável, será necessário o acordo prévio do beneficiário para o tomador do seguro proceder ao

exercício de qualquer direito ou faculdade de modificar as condições contratuais ou de denunciar ou resolver o contrato sempre que tal modificação tenha incidência sobre os direitos do beneficiário.

O tomador do seguro ou a pessoa segura readquire o direito pleno ao exercício das garantias contratuais se o beneficiário aceitante comunicar, por escrito à MAPFRE, que deixou de ter interesse no benefício.

Transmissão do contrato: O tomador do seguro apenas pode transmitir a sua posição contratual a outra pessoa segura, ficando esta investida em todos os direitos e deveres que correspondiam àquele perante a MAPFRE.

A posição contratual do tomador não pode ser transmitida a terceiros.

A cessão da posição contratual **depende do consentimento da MAPFRE, nos termos gerais, devendo ser comunicada às restantes pessoas seguras e constar de ata adicional à apólice.**

15. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES

As comunicações ou notificações do tomador do seguro ou da(s) pessoa(s) segura(s) previstas nesta apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efetuadas para a sede social da MAPFRE.

As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.

A MAPFRE só está obrigada a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efetuadas se remetidas para o respetivo endereço constante da apólice.

16. CONDIÇÕES DE ADESÃO À ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO DA APÓLICE POR VIA ELETRÓNICA

Ao aderir à entrega da documentação da apólice por via eletrónica, o tomador do seguro aceita receber a documentação da apólice, em suporte eletrónico, no endereço de correio eletrónico indicado no ato de adesão, ficando informado de que a referida documentação não lhe será enviada em suporte papel.

Para este efeito consideram-se *documentação da apólice*, as respetivas Condições Particulares, bem como os avisos para pagamento do prémio, ficando **convencionado entre as partes que a**

documentação da apólice enviada por via eletrónica tem o mesmo valor que teria em suporte papel, nomeadamente no que respeita às consequências da falta de pagamento dos prémios.

A adesão não implica qualquer custo para o tomador.

O tomador compromete-se a zelar pelo bom e regular funcionamento da sua caixa de correio eletrónico e comunicar por escrito à MAPFRE qualquer alteração, irregularidade ou falha relacionada com a mesma. Obriga-se, ainda, a manter, na sua caixa de correio eletrónico, espaço disponível para receber a documentação.

A MAPFRE não será responsável por prejuízos sofridos pelo tomador e/ou por terceiros, em virtude de quaisquer atrasos, interrupções, erros ou suspensões de comunicações que tenham origem em fatores fora do seu controlo, nomeadamente, quaisquer deficiências ou falhas provocadas pela rede de comunicações ou serviços de comunicações prestados por terceiros, pelo sistema informático, pelos *modems*, pelo *software* de ligação ou eventuais vírus informáticos.

O tomador aceita e reconhece que a transmissão dos seus dados ocorre em rede aberta - a Internet - pelo que está consciente de que os seus dados podem ser vistos e utilizados por terceiros não autorizados.

O tomador assume total responsabilidade pela veracidade, exatidão, vigência e autenticidade dos dados fornecidos aquando da adesão, nomeadamente os relativos ao seu endereço de *email*, declarando expressamente ter poderes para escolher ou alterar o processo de entrega da documentação da apólice.

Caso o tomador pretenda alterar a forma de entrega da documentação da apólice, passando a entrega da documentação a processar-se em suporte papel, deverá efetuar o pedido por escrito à MAPFRE, com a antecedência mínima de 30 dias relativamente à data em que pretende que a alteração produza efeitos.

Com exceção do disposto nos parágrafos anteriores, as presentes condições de adesão não alteram ou derogam qualquer disposição das condições aplicáveis à apólice.

17. CLÁUSULAS DO CONTRATO

Nos termos acordados entre as partes, as Condições Gerais e cláusulas anexas, que resultem da celebração do contrato a que se refere a presente informação pré-contratual, são

entregues ao tomador do seguro no sítio da internet indicado nas Condições Particulares, sem prejuízo de este poder solicitá-las noutro suporte, diretamente à MAPFRE, logo que tenha conhecimento da impossibilidade de proceder à sua visualização no referido suporte.

18. LEI APLICÁVEL, RECLAMAÇÕES E ARBITRAGEM

A lei aplicável ao contrato é a lei portuguesa.

A MAPFRE dispõe de uma unidade orgânica responsável pela gestão de reclamações, sem prejuízo da possibilidade de posterior recurso para o Provedor do Cliente ou de poder ser requerida a intervenção da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (www.asf.com.pt).

A informação relativa à gestão de reclamações e ao Provedor do Cliente está disponível em www.mapfre.pt/contacte-nos.

Nos litígios surgidos ao abrigo deste contrato pode haver recurso à arbitragem, a efetuar nos termos da lei. Tratando-se de divergências de natureza clínica ou acerca do grau de invalidez, os árbitros terão de ser obrigatoriamente médicos.

19. FORO

O foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.

20. AUTORIDADE DE SUPERVISÃO

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), com sede na Av. da República, 76, 1600-205 LISBOA

21. INFORMAÇÃO ADICIONAL SOBRE PROTEÇÃO DE DADOS

Quem é o responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais?

A informação e/ou dados pessoais que nos forneça, incluindo, eventualmente, os de saúde, serão incluídos num ficheiro cujo responsável é:

- **Identidade:** MAPFRE Seguros Gerais, S.A, NIPC 502 245 816
- **Endereço postal:** Rua Doutor António Loureiro Borges, 9, Edifício Zenith – Miraflores, 1495-131 Algés
- **Telefone:** 210 739 283
- **Correio eletrónico:** protecaodedados@mapfre.pt
- **Contacto do Delegado de Proteção de Dados:** DPO.Portugal@mapfre.com

Com que finalidade tratamos os seus dados pessoais?

A MAPFRE Seguros Gerais, S.A tratará todos os dados pessoais fornecidos voluntariamente pelos titulares dos dados, diretamente ou através do seu mediador, e os que se obtenham mediante gravação de conversas telefónicas ou como consequência da sua navegação por páginas *web* de Internet ou outro meio, com finalidade de desenvolvimento do contrato ou de consulta, solicitação ou contratação de qualquer serviço ou produto, mesmo após a cessação da relação pré-contratual ou contratual, para as seguintes finalidades:

- Gestão da atividade seguradora e/ou cumprimento do contrato ou pré-contrato de seguro assim como das obrigações legais.
- Valoração e delimitação do risco, prevenção e investigação de fraude na seleção de risco e na gestão de sinistros, ainda que não se formalize o contrato de seguro ou após a sua cessação.
- Realização de estudos e cálculos estatísticos, inquéritos, análises de tendências de mercado e controlo de qualidade.
- Tramitação, seguimento e atualização de qualquer solicitação de informação, relação negocial, pré-contratual ou contratual, de qualquer uma das diversas entidades do Grupo MAPFRE e a gestão da atividade com mediadores de seguros.
- Manutenção e gestão integral e centralizada da sua relação com as diversas entidades do Grupo MAPFRE.

Todos os dados recolhidos, bem como os tratamentos e finalidades anteriormente indicados(as) são necessários ou estão relacionados com a adequada manutenção, desenvolvimento e controlo da relação contratual.

Somente no caso de não ter manifestado expressamente a sua oposição, as finalidades aceites incluem o envio de informações e publicidade, inclusive por via eletrónica, sobre ofertas, produtos, recomendações, serviços, promoções, brindes e campanhas de fidelização da MAPFRE Seguros Gerais, S.A e das diversas entidades do Grupo MAPFRE (www.mapfre.com) ou de terceiras entidades com as quais qualquer empresa do Grupo MAPFRE tenha celebrado acordos de colaboração; extração, armazenamento de dados e estudos de marketing, visando adequar as ofertas comerciais ao seu perfil particular, ainda que não se formalize alguma operação ou após a cessação da relação contratual.

A fim de executar adequadamente o contrato de seguro e poder oferecer-lhe produtos e serviços de acordo com os seus interesses, iremos elaborar, com base na informação fornecida, diferentes perfis em função dos seus interesses e necessidades e da estratégia de negócio do Grupo MAPFRE, pelo que serão tomadas decisões automatizadas com base nos referidos perfis.

Durante quanto tempo iremos conservar os seus dados pessoais?

Os dados pessoais fornecidos serão conservados durante o prazo determinado com base nos seguintes critérios: (i) obrigação legal de conservação; (ii) duração da relação contratual e cumprimento de quaisquer responsabilidades decorrentes da referida relação; e, (iii) pedido de supressão por parte do titular dos dados nos casos em que se justifique.

Qual a nossa legitimidade para tratar os seus dados?

A base jurídica para o tratamento dos seus dados com as finalidades indicadas no ponto "*Com que finalidade tratamos os seus dados pessoais?*" é a execução do contrato de seguro. A oferta futura de produtos e serviços indicada no ponto "*Com que finalidade tratamos os seus dados pessoais?*" baseia-se no consentimento que, eventualmente, tenha concedido, sem que em caso algum a retirada deste consentimento condicione a execução do contrato de seguro.

É sua obrigação fornecer-nos os seus dados pessoais para a celebração do contrato de seguro. Caso não o faça, a MAPFRE Seguros Gerais, S.A reserva-se o direito de não celebrar o contrato de seguro.

A quem serão comunicados os seus dados?

A MAPFRE Seguros Gerais, S.A poderá comunicar os seus dados, incluindo os de saúde e os de sinistros vinculados às apólices, exclusivamente para as finalidades indicadas no ponto "*Com que finalidade tratamos os seus dados pessoais?*", a outras entidades seguradoras, resseguradoras, de mediação de seguros, financeiras, imobiliárias ou de prestação de serviços relacionados com o seu campo de atividade pertencentes ao Grupo MAPFRE (www.mapfre.com), filiais e participadas, Fundação MAPFRE, entidades públicas e a outras pessoas singulares ou coletivas que também desenvolvam qualquer uma das referidas atividades e com as quais as diversas entidades do Grupo MAPFRE celebrem acordos de colaboração, mesmo que não se formalize alguma operação ou após a cessação da relação contratual e sem que haja necessidade de lhe comunicar a primeira

comunicação que seja efetuada aos referidos destinatários.

Além disso, qualquer entidade pertencente ao Grupo MAPFRE (www.mapfre.com), filiais e participadas, pode comunicar os dados pessoais a qualquer uma das entidades anteriormente referidas, com a finalidade de manter uma gestão integral e centralizada da relação dos titulares dos dados com as diversas entidades do Grupo MAPFRE, e que os titulares dos dados possam beneficiar da possibilidade de acesso aos seus dados a partir de qualquer uma delas, respeitando sempre a legislação aplicável em matéria de proteção de dados de carácter pessoal e sem que haja necessidade de comunicar aos titulares dos dados a primeira comunicação efetuada. A comunicação dos dados entre entidades do Grupo MAPFRE é necessária para a manutenção da gestão integral e centralizada da sua relação com a MAPFRE Seguros Gerais, S.A, a aplicação dos descontos de prémio e demais benefícios decorrentes dessa circunstância e a gestão de programas de fidelização no caso de subscrição dos mesmos.

No âmbito das comunicações indicadas no parágrafo anterior, poderão ser realizadas transferências internacionais de dados para países terceiros ou organizações internacionais, sobre as quais exista ou não uma decisão de adequação da Comissão Europeia relativamente às mesmas. As transferências internacionais para países que não possam garantir um nível de proteção adequado terão carácter excepcional e realizar-se-ão sempre que sejam imprescindíveis para a execução adequada da relação contratual.

O Grupo MAPFRE dispõe de cláusulas tipo de proteção de dados para garantir adequadamente a proteção dos seus dados no âmbito das comunicações e transferências internacionais dos seus dados, nos países em que a sua aplicação não seja possível.

Quais os seus direitos quando nos fornece os seus dados?

Nos termos e de acordo com o disposto na legislação em vigor, qualquer pessoa tem o direito de:

- confirmar se na MAPFRE Seguros Gerais, S.A estamos a tratar dados pessoais que lhe digam respeito ou não, aceder aos mesmos e à informação relacionada com o respetivo tratamento
- solicitar a retificação dos dados incorretos
- solicitar a supressão dos dados caso, entre

outras razões, já não sejam necessários para os fins para os quais foram recolhidos, caso em que a MAPFRE Seguros Gerais, S.A deixará de tratar os dados salvo para o exercício ou a defesa de eventuais reclamações.

- solicitar a limitação do tratamento dos seus dados, caso em que somente poderão ser tratados com o seu consentimento, exceto a respetiva conservação e utilização para o exercício ou a defesa de reclamações ou com vista à proteção dos direitos de outra pessoa singular ou coletiva ou por razões de interesse público importante da União Europeia ou de um determinado Estado-membro.
- opor-se ao tratamento dos seus dados, caso em que, a MAPFRE Seguros Gerais, S.A deixará de tratar os dados salvo para a defesa de eventuais reclamações.
- receber num formato estruturado, de uso corrente e leitura automática os dados pessoais que lhe digam respeito e que tenha fornecido à MAPFRE Seguros Gerais, S.A, ou solicitar à MAPFRE Seguros Gerais, S.A que os transmita diretamente a outro responsável desde que tal seja tecnicamente possível.
- retirar o consentimento concedido, eventualmente, para a finalidade incluída no ponto “*Com que finalidade tratamos os seus dados pessoais?*”, sem que tal afete a licitude do tratamento baseado no consentimento prévio à sua retirada.
- Os anteriores direitos de acesso, retificação, supressão, limitação, oposição e portabilidade poderão ser exercidos diretamente pelo titular dos dados ou através de representante legal ou voluntário, através de comunicação escrita dirigida a Área de Privacidade e Proteção de Dados, Rua Doutor António Loureiro Borges, 9, Edifício Zenith – Miraflores, 1495-131 Algés

O titular dos dados pode apresentar uma reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados, nomeadamente quando considere que não obteve satisfação no exercício dos seus direitos, através da página *web* disponibilizada para o efeito pela Autoridade de Controlo em questão.

COBERTURAS	LIMITES DE CAPITAL POR MODALIDADE para o conjunto das pessoas seguras	
	ESSENCIAL	COMPLETO
Morte ou Invalidez Permanente	€ 20.000,00 por apólice *	€ 35.000,00 por apólice *
Morte ou Invalidez Permanente por Acidente de Circulação	€ 10.000,00 por apólice *	€ 17.500,00 por apólice *
Incapacidade Temporária por Internamento Hospitalar	€ 15,00 por dia limitado ao máximo de 360 dias por sinistro e anuidade Franquia de 3 dias por sinistro	€ 25,00 por dia limitado ao máximo de 360 dias por sinistro e anuidade Franquia de 3 dias por sinistro
Despesas de Tratamento e Repatriamento	€ 1.500,00 por sinistro e anuidade Franquia de € 50,00 por sinistro	€ 3.000,00 por sinistro e anuidade Franquia de € 50,00 por sinistro
Despesas de Funeral	€ 1.000,00 por apólice	€ 1.500,00 por apólice
Responsabilidade Civil Vida Privada	Não disponível nesta modalidade	€ 10.000,00 por sinistro e anuidade Franquia de € 100,00 por sinistro
Assistência a Pessoas Familiar	Ver Tabela anexa	Ver Tabela anexa

* Por morte de pessoa segura menor de 14 anos ou que se mostre incapaz de governar a sua pessoa por anomalia psíquica ou outra causa, a MAPFRE garante, em substituição do capital por morte, o reembolso das despesas de funeral até ao limite de 10% do capital contratado para esta cobertura.

ASSISTÊNCIA A PESSOAS FAMILIAR Garantias e limites para o conjunto das pessoas seguras	
GARANTIAS EM VIAGEM	
Transporte e/ou Repatriamento Sanitário	ILIMITADO
Transporte e/ou Repatriamento de Acompanhantes	ILIMITADO
Assistência Sanitária no Estrangeiro	
Por viagem	3.000 €
Franquia em consultas médicas não prescritas	25 € por consulta
Prolongamento da Estada da Pessoa Segura	
Alojamento por dia	35 €
Limite para alojamento	350 €
Transporte e Estada para Acompanhamento da Pessoa Segura	
Transporte	ILIMITADO
Estada:	
Em Portugal:	
Alojamento por dia	25 €
Limite por sinistro	100 €
No estrangeiro:	
Alojamento por dia	35 €
Limite por sinistro	350 €
Transporte e/ou Repatriamento de Pessoa Segura Falecida	ILIMITADO
Transporte e/ou Repatriamento de Acompanhantes da Pessoa Segura Falecida	
Europa e Norte de África	1.500 € por anuidade
Resto do Mundo	3.000 € por anuidade
Localização e Envio de Bagagens	ILIMITADO
Extravio de Bagagens	50 € por sinistro
Regresso Antecipado por Falecimento de um Familiar	ILIMITADO
Regresso Antecipado por Sinistro Grave na Residência Permanente	ILIMITADO
Localização ou Envio de Medicamentos de Urgência	ILIMITADO
Transmissão de Mensagens Urgentes	ILIMITADO
GARANTIAS DE APOIO FAMILIAR	
Serviço de Ambulâncias	ILIMITADO
Envio de Governanta ao Domicílio	ILIMITADO
Envio de Baby-sitter ao Domicílio	ILIMITADO
Envio de Apoio Escolar ao Domicílio	ILIMITADO

Neste documento disponibilizamos informação resumo sobre este produto de seguros. As informações pré-contratuais e contratuais completas relativas ao mesmo são prestadas noutros documentos, que regulam a relação entre as partes.

Qual é o tipo de seguro?

Seguro de acidentes pessoais para o agregado familiar (cônjuges, pessoas em união de facto ou progenitores e respetivos filhos, adotados ou legalmente equiparados), até ao máximo de 4 pessoas seguras. Garante o pagamento de capitais e o reembolso de despesas conforme as coberturas acionadas. Permite contratar coberturas adicionais de responsabilidade civil e de assistência.



Que riscos são segurados?

Modalidade Essencial

- ✓ Morte ou Invalidez Permanente (limite 20.000€)¹
- ✓ Morte ou Invalidez Permanente por Acidente de Circulação (limite 10.000€)¹
- ✓ Incapacidade Temporária por Internamento Hospitalar (limite 15€ por dia com máximo de 360 dias)
- ✓ Despesas de Tratamento e Repatriamento (limite 1.500€)
- ✓ Despesas de Funeral (limite 1.000€)
- ✓ Assistência a Pessoas – Familiar (limite conforme garantia acionada)

Modalidade Completa

- ✓ Morte ou Invalidez Permanente (limite 35.000€)¹
- ✓ Morte ou Invalidez Permanente por Acidente de Circulação (limite 17.500€)¹
- ✓ Incapacidade Temporária por Internamento Hospitalar (limite 25€ por dia com máximo de 360 dias)
- ✓ Despesas de Tratamento e Repatriamento (limite 3.000€)
- ✓ Despesas de Funeral (limite 1.500€)
- ✓ Responsabilidade Civil Vida Privada (limite 10.000€)
- ✓ Assistência a Pessoas – Familiar (limite conforme garantia acionada)

Todos os limites são únicos para o conjunto das pessoas seguras.

¹ Por morte de pessoa segura menor de 14 anos ou que se mostre incapaz de governar a sua pessoa por anomalia psíquica ou outra causa, garante, em substituição do capital por morte, o reembolso das despesas de funeral até ao limite de 10% do capital contratado.



Que riscos não são segurados?

Síntese das Principais Exclussões Aplicáveis a Todas as Coberturas

- ✗ Influência de Estupefacientes ou Estado de Alcoolémia
- ✗ Dolo ou Negligência Grosseira
- ✗ Atos ou Omissões Dolosos(as) do Beneficiário
- ✗ Terrorismo ou Sabotagem
- ✗ Condução Ilegal pela Pessoa Segura
- ✗ Transporte com Condução Ilegal
- ✗ Ataque de Animais Perigosos na Posse da Pessoa Segura
- ✗ Hérnias
- ✗ Prótese e/ou Ortóteses
- ✗ Efeitos Psíquicos
- ✗ Doenças
- ✗ Asbestose
- ✗ SIDA
- ✗ Ataque Cardíaco sem Traumatismo Externo

Se não for contratado

- ✗ Desportos Federados
- ✗ Desportos Perigosos
- ✗ Pilotagem de Aeronaves
- ✗ Fenómenos da Natureza
- ✗ Riscos Nucleares
- ✗ Guerra
- ✗ Greves e Alterações da Ordem Pública
- ✗ Utilização de Veículos Motorizados de 2 ou 3 rodas ou Moto4

O texto completo das exclusões gerais e as exclusões específicas de cada cobertura podem ser consultados nas Informações Pré-contratuais.



Há alguma restrição da cobertura?

Principais Restrições de Cobertura

- ! Só está garantido um único capital por cobertura para o conjunto das pessoas seguras.
- ! Apenas estão garantidos acidentes consequentes de risco extraprofissional.
- ! A morte/invalidez permanente apenas está garantida quando ocorra/seja clinicamente constatada dentro de 2 anos contados a partir do acidente.
- ! A morte e a invalidez permanente não são cumuláveis. Se a pessoa segura falecer em consequência de acidente, ao capital por morte é deduzido o capital por invalidez permanente que lhe tenha sido atribuído ou pago relativamente ao mesmo acidente.

Franquias por sinistro

- ! Incapacidade Temporária por Internamento Hospitalar: 3 dias
- ! Despesas de Tratamento e Repatriamento: 50€
- ! Responsabilidade Civil Vida Privada: 100€
- ! Assistência Sanitária no Estrangeiro: 25€ por consulta médica não prescrita por médico da MAPFRE.



Onde estou coberto?

- ✓ Salvo convenção em contrário nas Condições Particulares, em qualquer parte do mundo.
- ✓ Responsabilidade Civil Vida Privada: Portugal e restantes países da União Europeia.



Quais são as minhas obrigações?

Principais Obrigações

- **No início do contrato**, prestar à MAPFRE a informação necessária para avaliar o risco.
- Pagar o seguro.
- **Durante a vigência do contrato**, comunicar qualquer alteração da informação prestada.
- **Em caso de sinistro:**

Participar à MAPFRE, no prazo máximo de 8 dias a contar do dia da ocorrência ou do momento em a conheça.

Tomar as medidas possíveis para evitar ou limitar os sinistros e colaborar com a MAPFRE no apuramento das suas causas.

Autorizar os médicos a prestarem a médico designado pela MAPFRE as informações solicitadas.

Cumprir as prescrições médicas e sujeitar-se a exame por médico designado pela MAPFRE.



Quando e como devo pagar?

Se o contrato for por ano e seguintes, no momento da celebração do contrato e, nos pagamentos seguintes, na data indicada no aviso recibo ou nas Condições Particulares. O pagamento é anual, salvo quando seja contratado o pagamento fracionado (semestral ou trimestral).

Se o contrato for temporário, o pagamento deverá ser efetuado no momento da sua celebração.

Pagamento por débito direto, por multibanco, em numerário ou cheque bancário, nos balcões dos CTT ou lojas *PayShop*.



Quando começa e acaba a cobertura?

Se o contrato for por ano e seguintes, começa no dia e hora indicados nas Condições Particulares, desde que o prémio ou fração inicial do prémio seja pago(a). Continua por períodos de um ano, exceto se o contrato for denunciado por qualquer das partes ou se não for pago o prémio.

Se o contrato for temporário, começa e acaba nos dias e horas indicados nas Condições Particulares, desde que o prémio seja pago.



Como posso rescindir o contrato?

- Se o tomador for pessoa singular, no prazo de 30 dias após receber a apólice, sem ter de explicar a causa.
- No prazo de 30 dias após receber a apólice se a MAPFRE não cumpriu os deveres legais de informação ou se as condições da apólice não estiverem conforme as Informações Pré-Contratuais.
- Por denúncia, pelo menos 30 dias antes do fim da anuidade.
- Em qualquer momento, desde que tenha justa causa.
- Se comunicar à MAPFRE uma diminuição do risco que deva fazer baixar o prémio e a MAPFRE não o baixar ou se discordar do novo prémio proposto pela MAPFRE.

Prestação de Informação nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 31.º do Regime Jurídico da Distribuição de Seguros e de Resseguros, aprovado pela Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro, (o "RJDS") e por referência aos contratos de seguro da MAPFRE Seguros Gerais, S.A. e da MAPFRE Seguros de Vida, S.A.

O Banco CTT, S.A., com sede na Avenida D. João II, n.º 13, Edifício Báltico, Piso 11.º, 1999-001 Lisboa, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 513412417, com o capital social de 296.400.000,00 Euros, encontra-se registado na Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, como mediador de seguros, sob o número 417448775, desde 4 de abril de 2017, na categoria de Agente de Seguros para o Ramo Vida e para o Ramo Não Vida. As informações e outros detalhes do registo encontram-se disponíveis em www.asf.com.pt.

O Banco CTT não detém, direta ou indiretamente, qualquer participação nos direitos de voto ou no capital social de qualquer empresa de seguros.

Não existe qualquer participação, direta ou indireta, nos direitos de voto ou no capital social do Banco CTT que seja detida por qualquer empresa de seguros ou por empresa mãe de qualquer empresa de seguros.

O Banco CTT não está autorizado a receber prémios para entrega às empresas de seguros acima identificadas.

A intervenção do Banco CTT, enquanto mediador, esgota-se com a celebração do contrato de seguro.

O Banco CTT recebe uma comissão pela distribuição, que incide sobre o volume de produção de novas apólices e renovações de apólices em vigor. O Cliente tem o direito de solicitar informação sobre a remuneração do Banco CTT, enquanto mediador, pela prestação do serviço de distribuição, pelo que, sempre que solicitada, ser-lhe-á prestada tal informação.

As reclamações dos Tomadores dos Seguros ou outras partes interessadas relativas à atividade de distribuição de seguros desenvolvida pelo Banco CTT podem ser apresentadas junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Em caso de litígio emergente da actividade de distribuição de seguros, os consumidores podem recorrer aos tribunais judiciais ou aos organismos de resolução extrajudicial de litígios.

O Banco CTT, como agente de seguros, não tem a obrigação contratual de exercer a actividade de distribuição de seguros exclusivamente para uma ou mais empresas de seguros ou mediadores de seguro. O Cliente tem o direito de solicitar informação sobre o nome da ou das empresas de seguros e mediadores de seguros com os quais o Banco CTT trabalha, pelo que, sempre que solicitada, ser-lhe-á prestada tal informação.

Nos contratos de seguro em que o Banco CTT figure como mediador, este poderá receber a colaboração de outros mediadores de seguro.

O Banco CTT atua em nome e por conta da(s) empresa(s) de seguros e não presta aconselhamento, pelo que as informações dadas na celebração dos contratos de seguro não podem ser entendidas como aconselhamento e não se baseiam numa análise imparcial, cabendo ao Cliente a responsabilidade de efetuar a comparação das respetivas condições com outro ou outros contratos de seguro existentes no mercado.